

A VÍTIMA DE CRIME E OS PROGRAMAS ELEITORAIS

 2025
ELEIÇÕES LEGISLATIVAS

APAV®

associação portuguesa de
Apoio à Vítima

#pelasvítimasdecrime

Como acontece em todas as eleições legislativas, a APAV leu e analisou os programas eleitorais para os próximos quatro anos das principais forças políticas que disputam as eleições para a Assembleia da República do dia 18 de maio de 2025, relativamente aos direitos de quem é vítima de crime em Portugal.

Esta análise é particularmente importante num quadro legal europeu fortemente marcado pela obrigatoriedade de Portugal dar mais atenção e concretização aos direitos das vítimas de crime, devido à chamada Diretiva das Vítimas, e num quadro legal nacional caracterizado pela deficiente transposição da Diretiva Europeia, a fraca qualidade do Estatuto da Vítima e o desfasamento do código do processo penal face à evolução legislativa europeia ocorrida.

Enquanto organização nacional de solidariedade social sem fins lucrativos de apoio às vítimas de todos os crimes, a APAV cumpre uma das suas funções: vigiar os poderes públicos na execução da sua ação.

A ordem de apresentação é alfabética.

AD Aliança Democrática

A Aliança Democrática, constituída pelo Partido Social Democrata (PSD) e pelo Centro Democrático Social – Partido Popular (CDS-PP), apresenta no seu programa eleitoral para 2025 um compromisso reforçado com a proteção das vítimas e o combate à violência, à discriminação, ao tráfico de seres humanos e ao crime em geral.

A AD propõe a avaliação e monitorização sobre a aplicação das leis existentes no que diz respeito à violência doméstica. Esta proposta está presente no capítulo sobre "Diversidade, Inclusão e Igualdade entre Mulheres e Homens", antecipando a revisão da legislação com vista a garantir uma maior equidade no tratamento das vítimas das diversas formas de violência identificadas. Acrescenta que pretende alargar a Rede Nacional de Apoio à Vítima em todo o território nacional e também manifesta preocupação com a violência entre os idosos. O programa prevê que sejam instaladas salas de apoio à vítima em esquadras da PSP e postos da GNR, com foco em casos de violência doméstica bem como maus-tratos a crianças.

No mesmo capítulo a AD pretende garantir o direito a uma proteção adequada, ao dar resposta às necessidades específicas das vítimas de violência doméstica, violência de género, violência contra idosos, violência contra crianças e outras formas de abuso, bem como reforçar o acesso das vítimas à justiça. Assim, sugere fornecer

auxílio profissional e personalizado. Visa também prevenir a violência através de uma sensibilização e formação contínua de profissionais em contacto direto com vítimas e também agressores. Destaca também a aposta na prevenção da violência no namoro e em contexto escolar.

Na área do cibercrime, no capítulo "Segurança e Proteção Civil", a coligação apresenta propostas para a criação de tipos penais específicos para condutas, como o assédio sexual, a ciberassédio, o cyberbullying, cyberperseguição e incitamento ao ódio e à violência online. Põe igualmente a hipótese de um plano integrado que promova a partilha de informação eficaz entre todas as autoridades responsáveis, garantindo uma resposta rápida e coordenada.

No que diz respeito ao tráfico de seres humanos e à imigração ilegal, no capítulo "Migrações", o programa eleitoral da AD propõe medidas de consolidação da fiscalização e da proteção das vítimas, nomeadamente a criação de equipas interdisciplinares para lutar contra as redes de tráfico, de exploração laboral e outras formas de abuso. Simultaneamente, defende uma política migratória regulada, que rechace tanto a desregulação como o extremismo, assegurando integração com direitos e deveres, respeitando valores humanistas e os compromissos internacionais de Portugal. A luta contra a xenofobia e a discriminação em qualquer forma é exposta de forma clara, incluindo propostas concretas para promover a inclusão social dos imigrantes e combater o preconceito. No capítulo "Mais Qualificações, Melhor Emprego", a AD mostra igualmente preocupação com o assédio e a discriminação em contexto laboral. No capítulo "Diversidade, Inclusão e Igualdade entre Mulheres e Homens" o combate aos crimes de ódio contra minorias é outra prioridade, para a qual se preveem instrumentos legislativos específicos e mecanismos de monitorização e intervenção contínua.

Por fim, no capítulo "Justiça" e "Segurança e Proteção Civil", a coligação propõe uma justiça mais rápida e eficaz, com julgamentos rápidos para crimes graves, sobretudo em situações de flagrante delito. Reforça-se a presença da polícia no terreno e a videovigilância em áreas sensíveis.

BE Bloco de Esquerda

No seu manifesto eleitoral para o ano de 2025, o Bloco de Esquerda apresenta uma abordagem transversal à proteção das vítimas de várias formas de violência e de discriminação. O documento foca-se, tal como nos anos anteriores, na violência de género, na violência doméstica, na violência sexual, na violência institucional, no racismo e na discriminação contra as pessoas LGBTQI+ e com pessoas com deficiência, abordando ainda a exploração de migrantes e a xenofobia.

No capítulo “Respeito e Igualdade para Mudar de Vida”, o Bloco reafirma a sua luta pelos direitos das mulheres, pelo acesso ao aborto seguro, e pela igualdade de género. Reforça também o combate à violência doméstica e defende medidas concretas para o apoio às vítimas. No capítulo “Acolher e Incluir para Mudar de Vida”, o BE aborda a questão dos migrantes vítimas de exploração, propondo medidas como a responsabilização direta das empresas pelas condições de vida e trabalho das pessoas migrantes que contratam. O partido liga diretamente o combate à xenofobia à luta antirracista, salientando a necessidade de enfrentar o racismo estrutural nas periferias urbanas, onde as comunidades racializadas são frequentemente criminalizadas.

A questão da violência digital e dos crimes de ódio online é tratada no capítulo “A Democracia para Mudar de Vida”, onde o BE sugere regras coletivas que visam enfrentar a manipulação digital, a desinformação e o cyberbullying, estabelecendo mecanismos para proteger a vítima e os seus dados pessoais.

No capítulo “Cuidados para Mudar de Vida”, o BE propõe a criação de um Serviço Nacional de Cuidados, com o objetivo de apoiar crianças e pessoas em situação de dependência, que incluem idosos e pessoas com deficiência. Estas medidas poderão ser decisivas na prevenção e sinalização de situações de risco, como por exemplo maus-tratos ou negligência.

O tema da violência contra pessoas LGBTQI+ é novamente referida no capítulo “Respeito e Igualdade para Mudar de Vida”, onde o Bloco defende medidas para proteger estas populações, incluindo o apoio a estruturas de acolhimento.

CDU Coligação Democrática Unitária

A coligação CDU é composta pelo Partido Comunista Português (PCP) e pelo Partido Ecologista “Os Verdes” (PEV).

O PCP aborda os temas da segurança, violência e apoio às vítimas sobretudo no capítulo “Afirmar a democracia, cumprir a constituição”, onde defende a promoção dos direitos sociais e humanos, o combate a todas as formas de violência e discriminação, incluindo a violência contra mulheres, crianças e minorias.

O compromisso repete-se com políticas que combatam a exploração sexual, o tráfico de seres humanos e o assédio, garantido o apoio às vítimas através de serviços públicos de qualidade, em áreas como a saúde, a justiça e a segurança social. O partido sublinha a importância da prevenção da violência, nomeadamente através do combate às causas estruturais, como a pobreza, a exclusão social e a precariedade

laboral, que muitas vezes condicionam a criminalidade e a vulnerabilidade das vítimas.

Ainda neste capítulo, o PCP insiste na necessidade de reforçar os meios das forças de segurança e do sistema judicial, de forma a garantir a formação específica e condições adequadas para lidar com situações de violência doméstica, discriminação e crime organizado, com especial atenção à proteção da população mais vulnerável. O PEV refere várias preocupações ligadas à segurança, à proteção e ao apoio às vítimas, no capítulo "A ecologia com abril no horizonte", onde dá destaque à violência baseada no género e à violência doméstica, propondo medidas de prevenção, sensibilização e apoio às vítimas, com foco na necessidade de reforçar os serviços públicos e criar estruturas especializadas de atendimento e acompanhamento.

Quanto à discriminação, o PEV sublinha a urgência de medidas legislativas e educativas que promovam a igualdade de género e o respeito pela diversidade.

CH Chega

O programa eleitoral do Chega para 2025 dá destaque à segurança, à justiça penal e à proteção das vítimas, propondo medidas robustas contra a criminalidade, em especial nos temas da violência doméstica, da violência sexual e na violência contra crianças, assim como no combate ao tráfico de seres humanos e à imigração ilegal. O partido propõe a revisão e agravamento das penas para crimes como a violência doméstica e sexual, bem como para crimes contra crianças, incluindo a introdução de uma sanção acessória de castração química para reincidentes e a possibilidade de prisão perpétua. Defende também o reforço dos meios de investigação, a formação de profissionais e o uso de meios técnicos para o controlo à distância de agressores. O Chega propõe ainda medidas de proteção e apoio às vítimas de violência sexual, como a alteração da natureza do crime para público, o acesso imediato a um defensor oficioso. São também defendidas melhorias na recolha de provas, como a alteração do regime das declarações para memória futura e a realização de um inquérito nacional de vitimação.

No que respeita à proteção de menores, o partido propõe a criação de um Provedor da Criança e a adaptação do sistema judicial às necessidades das crianças. Propõe também medidas específicas para proteger as vítimas de crimes, como a partilha não consentida de conteúdos de cariz sexual.

A proteção de idosos vítimas de crime é abordada com a proposta de ações de sensibilização e aumento de respostas de apoio. O partido defende a criminalização

do incitamento ao ódio contra membros das forças de segurança e órgãos judiciais, e propõe a aplicação de processos sumários a crimes de resistência e coação. Na questão do assédio o Chega propõe a obrigatoriedade de canais de denúncia de assédio moral e sexual nas instituições de ensino superior, bem como a disponibilização de apoio psicológico e jurídico às vítimas.

O programa assume um discurso firme sobre a imigração, propondo o aumento das penas para tráfico de seres humanos e auxílio à imigração ilegal, bem como o reforço dos meios de investigação destes crimes, associando-os a uma visão de reforço da segurança nacional.

O partido defende ainda uma maior articulação entre processos judiciais que envolvam violência doméstica e menores. O Chega propõe também o combate intensificado ao bullying e cyberbullying em contexto escolar, bem como a alteração dos prazos de prescrição para crimes sexuais contra menores e mutilação genital feminina.

IL Iniciativa Liberal

Com base no programa eleitoral da Iniciativa Liberal para 2025, o partido reafirma o seu compromisso com a defesa dos direitos humanos e com a proteção das vítimas de crimes, com destaque para a violência doméstica, a violência obstétrica, a violência sexual e o tráfico de seres humanos.

No capítulo “Recuperar a confiança nas instituições”, a IL propõe o alargamento do prazo de prescrição dos crimes sexuais cometidos contra menores, até aos 30 anos de idade da vítima, reconhecendo a complexidade emocional e psicológica associada a este tipo de violência. A IL defende também a revisão do crime de omissão de auxílio, agravando as penas em casos em que o resultado seja a morte da vítima, como em situações de atropelamento com fuga.

No que diz respeito à violência doméstica, a IL propõe uma resposta mais eficaz e centrada na vítima, sugerindo o reforço da articulação entre a Segurança Social e o apoio judiciário. A IL defende ainda a criação de uma rede de habitação de emergência que envolva o setor público e privado. A nível penal, quer rever as condições de suspensão de pena e garantir que estas não se aplicam sem uma avaliação rigorosa do perigo atual para a vítima.

Na mesma linha, a IL propõe que indivíduos condenados por crimes sexuais contra menores sejam definitivamente proibidos de exercer funções que envolvam contacto com menores, como forma de prevenção da reincidência e de proteção das crianças.

A IL destaca a necessidade de uma resposta firme ao tráfico de seres humanos, sublinhando o agravamento global deste crime e a importância de Portugal reforçar os seus mecanismos de prevenção, combate e apoio às vítimas.

L Livre

Com base no programa eleitoral do LIVRE para as eleições legislativas de 2025, são apresentadas diversas propostas que colocam a proteção da vítima, a prevenção da violência e a promoção da segurança no centro das prioridades políticas. O partido dá particular atenção à violência de género, violência doméstica e violência sexual, bem como ao tráfico de seres humanos, ao assédio e à discriminação, abrangendo também a resposta institucional, o apoio jurídico e psicológico e a articulação interinstitucional.

No capítulo “Um país sem barreiras” o LIVRE defende a criação de um Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Sexual e de Promoção da Segurança Digital e Presencial de Crianças e Jovens, com o objetivo de prevenir o abuso sexual, garantir apoio psicológico gratuito às vítimas e tornar o crime de violação um crime público.

O programa prevê também a implementação de medidas legais que impeçam o agressor de regressar à residência da vítima de violência doméstica, assegurando o direito à habitação da vítima e o seu acompanhamento psicológico gratuito. É ainda proposto o alargamento do prazo de denúncia e prescrição de crimes sexuais, a criação de espaços descaracterizados para visitas supervisionadas, o reforço da rede de casas-abrigo e a acessibilidade destas a pessoas com deficiência ou necessidades específicas.

O apoio às vítimas é ainda reforçado através da proposta de uma rede de serviços especializada em violência de género e sexual, em conformidade com os padrões internacionais, bem como com medidas de apoio jurídico gratuito para vítimas especialmente vulneráveis.

O combate ao assédio é abordado com propostas de prevenção no local de trabalho, com o reforço das campanhas de sensibilização contra a violência no namoro, assédio moral e sexual. O LIVRE quer ainda criminalizar a ciberperseguição, o ciberassédio e o ciberincitamento ao ódio.

PAN Pessoas – Animais – Natureza

O Programa Eleitoral do PAN para 2025 apresenta uma abordagem centrada nos direitos humanos e na proteção das vítimas, especialmente no capítulo “Direitos Humanos, Dignidade e Pertença”, onde o PAN propõe o reforço dos mecanismos de proteção às vítimas de violência doméstica, violência de género e de crimes de ódio, assegurando uma resposta eficaz centrada na vítima.

Ainda neste domínio, o PAN defende o combate ao assédio moral e sexual, tanto em contextos laborais como educativos, e propõe o reforço de medidas de prevenção, incluindo a formação de profissionais e campanhas de sensibilização. O programa enfatiza o combate à discriminação, defendendo a inclusão plena e a igualdade de direitos para todas as pessoas, independentemente da sua identidade de género, orientação sexual, etnia, deficiência ou idade.

O PAN destaca a importância da educação para a cidadania como instrumento fundamental para prevenir comportamentos discriminatórios e situações de violência no meio escolar, incluindo o bullying e o cyberbullying.

Na Saúde Mental e Bem-estar, o partido defende o reforço dos serviços de apoio psicológico. No que diz respeito ao tráfico de seres humanos, o programa assume uma posição clara de combate a este crime e defende a proteção ativa das vítimas, com integração social e jurídica adequada.

PS Partido Socialista

Com base no programa eleitoral do Partido Socialista para 2025, é possível identificar um conjunto de propostas com foco na segurança, na proteção das vítimas e na prevenção das várias formas de violência.

No capítulo “Um país mais seguro e protegido face a emergências”, o PS compromete-se a reforçar os mecanismos de cooperação europeia no combate ao terrorismo, ao extremismo violento, ao tráfico de pessoas e ao cibercrime, garantindo uma gestão mais integrada das fronteiras e da criminalidade transnacional.

A prevenção da criminalidade violenta, em particular a de cariz discriminatório e sexual, é abordada com propostas de policiamento de proximidade e metodologias específicas voltadas para a proteção de populações vulneráveis, incluindo idosos e jovens, em espaços públicos e escolas.

Em relação à violência e discriminação, o programa propõe medidas concretas contra comportamentos racistas, xenófobos, sexistas e homofóbicos, através da criação de mecanismos dissuasores. Estas ações integram uma lógica de prevenção e de promoção de espaços públicos seguros e inclusivos, contribuindo para o combate a crimes de ódio.

O reforço da Rede Nacional de Segurança Interna, da proteção civil e o investimento na formação das forças de segurança também são destacados como meios essenciais para melhorar a capacidade de resposta e garantir uma atuação eficaz e respeitadora dos direitos das vítimas.

CONCLUSÕES

As grandes conclusões deste exercício repetem-se em comparação com anos anteriores:

- Continua a verificar-se a ausência de uma visão estruturada e transversal sobre as necessidades das vítimas de crime, com a maioria dos programas a apresentar medidas dispersas, setoriais e centradas apenas em determinados tipos de criminalidade.
- Mantém-se o foco quase exclusivo na violência doméstica, de género e sexual.
- Não se observa, na generalidade dos programas, qualquer menção à consulta ou colaboração com a sociedade civil especializada, nomeadamente com a APAV, enquanto organização com experiência consolidada no apoio a todas as vítimas de crime.
- A proteção de vítimas menores, mulheres e, em alguns casos, pessoas idosas é reforçada em vários programas, mas faltam compromissos com vítimas LGBTQI+, vítimas de cibercrime, entre outros.
- Persistem lacunas ao nível da prevenção, tanto primária (educação e sensibilização), como secundária (proteção e sinalização), com propostas pouco concretas ou genéricas.
- A criminalização de novos comportamentos, como o ciberassédio ou a ciberperseguição, é proposta por alguns partidos, mas sem articulação com

medidas práticas de apoio às vítimas e sem previsão de recursos adequados para responder ao fenómeno.

A AD apresenta uma abordagem abrangente à proteção das vítimas, reforçando medidas legais, estruturas de apoio e articulação institucional. Destaca-se pela intenção de avaliar leis existentes, transpor diretivas europeias e criar sistemas integrados de resposta. Aposta também na reabilitação de agressores e na prevenção da violência em contexto escolar e de namoro. No combate ao cibercrime e tráfico humano, propõe planos coordenados e interdisciplinares.

O BE foca-se na transversalidade dos direitos humanos, com forte ênfase em violência de género, sexual e institucional. Propõe medidas de apoio habitacional e social às vítimas e enfrenta o racismo e a xenofobia. Defende também a proteção das populações LGBTQI+ e das pessoas com deficiência, a violência obstétrica, a exploração de migrantes e os crimes online.

A CDU propõe uma resposta centrada no reforço dos serviços públicos e no combate às causas estruturais da violência, como a exclusão social e a precariedade. Enfatiza o apoio a vítimas de violência doméstica, tráfico humano e discriminação.

O Chega adota uma abordagem securitária, com foco na punição agravada de crimes violentos, incluindo castração química e prisão perpétua. Defende o afastamento dos agressores e o reforço dos meios de investigação. Propõe medidas específicas para vítimas de violência sexual, crianças e idosos, bem como ações contra o bullying e o cibercrime. Valoriza a articulação entre justiça e proteção infantil e mantém um discurso rígido contra imigração ilegal.

A IL propõe uma justiça mais eficaz e centrada na vítima, com especial atenção a crimes sexuais e de violência doméstica. A proteção das crianças e a proibição de reincidentes em funções de contacto com menores também são destacadas tal como o tráfico humano e a omissão de auxílio com propostas legislativas.

O LIVRE propõe um plano nacional centrado na prevenção da violência sexual e na promoção da segurança física e digital de crianças e jovens. Defende o alargamento dos direitos das vítimas, com apoio psicológico gratuito, habitação protegida e redes especializadas. A criminalização de crimes digitais e o combate ao discurso de ódio são prioridades. Valoriza também a inclusão, a igualdade de género e a justiça social.

O PAN apresenta uma perspetiva centrada nos direitos humanos. Foca-se na violência doméstica, de género, de ódio e no tráfico de seres humanos, propondo uma resposta articulada e preventiva. Destaca-se pela atenção ao ambiente escolar, à saúde mental e ao bem-estar das populações vulneráveis. Valoriza também a



formação profissional e campanhas de sensibilização, a promoção da igualdade e da inclusão.

O PS aposta numa abordagem integrada à segurança, centrada na prevenção da criminalidade e no reforço das estruturas de apoio às vítimas. Foca-se em políticas públicas que cruzam segurança, inclusão e proteção de populações vulneráveis. Valoriza a cooperação internacional no combate ao tráfico e ao extremismo. As medidas incluem policiamento de proximidade, proteção digital e respostas eficazes ao crime discriminatório. Defende uma justiça acessível e centrada nos direitos fundamentais.